



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 5.670, DE 2023**

**(Do Sr. Alfredo Gaspar)**

Dispõe sobre a oferta obrigatória pela União de cursos profissionalizantes para adolescentes e jovens em idade de serem aprendizes que se encontrem em acolhimento institucional e a busca ativa por parte das autoridades competentes para a oferta desse programa.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-2630/2019.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2023**

(Do Sr. ALFREDO GASPAR)

Dispõe sobre a oferta obrigatória pela União de cursos profissionalizantes para adolescentes e jovens em idade de serem aprendizes que se encontrem em acolhimento institucional e a busca ativa por parte das autoridades competentes para a oferta desse programa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida de art. 69-A:

“Art. 69-A. Fica instituído programa de formação profissional para adolescentes e jovens em idade de serem aprendizes, de oferecimento obrigatório pela União para todos aqueles de que trata o art. 90, *caput*, IV, com dever de busca ativa para efetivação dessa oferta por parte das autoridades competentes.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Segundo dados oficiais publicados em 2019, havia cerca de 34 mil crianças, jovens e adolescentes em instituições de acolhimento institucional (abrigo), dos quais menos de 6 mil estavam habilitados para adoção. Como se pode constatar, quantitativamente é um número expressivo, que merece atenção específica dos poderes públicos. No entanto, proporcionalmente não é um número tão amplo a ponto de que programas de governo voltados a esse público sejam de alto custo, ou seja, são suficientemente pequenos a ponto de não implicar impacto orçamentário-financeiro.



Ademais, entre as crianças, adolescentes e jovens em acolhimento institucional — os quais não se encontram cumprindo medidas socioeducativas —, é apenas uma parcela desse total de mais de 30 mil que se encontra em idade para ser aprendiz e ser formado para o trabalho. É este recorte específico de atendidos pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento que é objeto de nossa preocupação neste projeto de lei. Pretendemos que o governo federal ofereça, obrigatoriamente, formação laboral desde a idade mínima possível para estes adolescentes e jovens. Esse é um meio eficiente de oferecer perspectiva de futuro a eles, em uma ação com grandes benefícios sociais e de relativo fácil manejo para o Poder Executivo federal.

Diante do exposto, conclamamos os Nobres Pares a oferecer apoio para aprovação desta proposição legislativa.

Sala das Sessões, em        de        de 2023.

Deputado ALFREDO GASPAR

2023-19415



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199007-13;8069">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199007-13;8069</a>
---	---

**FIM DO DOCUMENTO**